



Estudo Técnico Preliminar da Contratação

PROCESSO Nº 48051.000540/2019-32

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação dos serviços de Locação de Veículos com motorista, com combustível, sob demanda, por meio de pagamento de diárias, para atender necessidades das Gerências Regionais da ANM nos Estados da BA; GO; MG; MT; PA; RS, SC e SP, para uso em atividades de fiscalização.

Trata-se da terceira versão dos Estudos Técnicos Preliminares inicialmente formalizado através do Doc. SEI 0508151.

A necessidade de revisão decorre de reunião realizada na SAF, em 22/07/2019, a fim de se efetuar as seguintes alterações:

1) Retirada da linha de fornecimento de veículos "sem motorista". Motivo: Maior segurança na contratação a fim de que o uso e responsabilidade do veículo recaia inteiramente sobre o motorista da empresa contratada, em especial o abastecimento e zelo pelo veículo.

2) Fazer além do pagamento da diárias, igualmente o pagamento do custo do quilometro rodado medido, retirando-se esse custo fixo da diárias. Motivo: Evitar possível descontinuidade do contrato devido a inexecuibilidade por baixo valor cotado em planilha ou ainda superfaturamento do custo de abastecimento, tendo em vista a alta variabilidade mensal dos valores dos combustíveis.

3) Fazer o pagamento do pernoite, sob demanda. Motivo: Embora grande parte das viagens de fiscalização envolvam o pernoite, podem haver casos de viagens com ida e volta no mesmo dia.

4) Fazer o pagamento de custos de pedágios, balsas e estacionamento, sob demanda. Motivo: É inviável estimar a efetiva despesa em viagem, pela alta variabilidade de destinos em rota.

5) Incluir a possibilidade de pagamento à CONTRATADA de horas extras e adicional noturno. Motivo: Embora as viagens de fiscalização ocorram em horário diurno, há a possibilidade remota de prolongamento da jornada, assim por precaução a fim de gerar segurança ao CONTRATADO, este ETP está incluindo a possibilidade de pagamento de horas extras e de adicional noturno.

6) Centralização da contratação na UG 323102 (ANM). Motivo: Para maior flexibilidade de contratação, o valor do empenho resultante pode ser remanejando entre as Unidades Regionais e além do mais possibilita economia de escala, com igual padronização e facilidade de gestão contratual.

7) Atendimento a Nota Técnica 0638322, para desmembramento em três itens, independentes, de modo a possibilitar o lançamento do IRP, em seus valores unitários e atender as recomendações abaixo:

" 1. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

i. **contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame;** ou

ii. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

2. Constitui irregularidade a aquisição (emissão de empenho) de item de grupo adjudicado por preço global, de forma isolada, quando o preço unitário adjudicado ao vencedor do lote não for o menor lance válido ofertado na disputa relativo ao item, salvo quando, justificadamente, ficar demonstrado que é inexequível ou inviável, dentro do modelo de execução do contrato, a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo grupo.

Acórdãos 2.977/2012-TCU-Plenário, 2.695/2013-TCU-Plenário, 343/2014-TCU-Plenário, 4.205/2014-TCU-1ª Câmara, 757/2015-TCU-Plenário, 588/2016-TCU-Plenário, 2.901/2016-TCU-Plenário e 3.081/2016-TCU-Plenário."

8) A realização da licitação com três itens independentes é necessária pois não há como garantir a proporcionalidade de execução contratual, para os veículos 4x4, SUV e de passeio, sendo temerário a agrupação em lote único, devido ao grande valor contratual.

9) O ganho de economia de escala e facilidade de gestão contratual já fica atendido em três grandes contratos.

10) Revisão do quantitativo, conforme Nota Técnica 0638322, tendo como base o relatório de execução de viagens do SCDP a nível nacional de 01/10/2019 até 14/10/2019, acrescentando-se 10%, e respeitando-se a proporcionalidade regional, por tipo de veículo, da planilha 0553830, o motivo da revisão deve-se pelo cenário previsto de utilização simultâneo de frota própria e veículos locados.

Fazem parte dos Estudos Técnicos Preliminares, de forma subsidiária, todas as definições e normativas contidas no caderno de logística - prestação de serviços de transporte SEI 0508125, prevalecendo as normas contidas neste ETP.

DIRETRIZES GERAIS

1. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

- 1.1. Lei 8.666/93 - Licitações e Contratos
- 1.2. Lei 10.520/2002 - licitação modalidade pregão
- 1.3. Lei 123/2006 - tratamento diferenciado microempresa e empresa de pequeno porte
- 1.4. Decreto 5.450/2005 - regulamentação do pregão
- 1.5. Decreto 5.992/2006 - dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências
- 1.6. Decreto 7.892/2013 - regulamentação da modalidade de compra por registro de preços
- 1.7. Decreto 8.538/2015 - regulamentação da Lei 123/2006 - tratamento microempresa e pequena empresa
- 1.8. Decreto 9.287/2018 - regulamentação do uso de veículos oficiais próprios ou contratados de terceiros
- 1.9. Lei 13.103/2015 - dispõe sobre o exercício da profissão de motorista
- 1.10. Decreto-lei 5.452/1943 - Consolidação das Leis de Trabalho
- 1.11. Lei 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor
- 1.12. Caderno de logística - www.comprasgovernamentais.gov.br - prestação de serviços de transporte
- 1.13. Instrução Normativa 03/2008 - www.comprasgovernamentais.gov.br - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.
- 1.14. Instrução Normativa 05/2017 - www.comprasgovernamentais.gov.br - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no

2. INCONSISTÊNCIAS OCORRIDAS NAS FASES DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO, DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DA GESTÃO DO CONTRATO VERIFICADAS NAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES

- 2.1. Esparsamente, no âmbito da ANM, há dispensas de licitação para locação de veículos oficiais, em períodos específicos de viagem, não havendo uma padronização e planejamento de procedimentos.
- 2.2. Por exemplo, em pesquisa realizada no SEI, há o processo 48072.000054/2019-76 de solicitação de locação de veículo 4x4 no período de 27/05/2019-01/06/2019.
- 2.3. A realização de procedimentos de dispensa de licitação ou uso de cartão de suprimento de fundos para a contratação de serviços não é a prática ideal, pois além de gerar carga adicional de trabalho ao corpo administrativo com a abertura de vários processos, tal tarefa não proporciona melhor economicidade ao não se aproveitar possível economia de escala com a realização de pregão, com estimativa de uso anual de serviços de locação.
- 2.4. Adicionalmente, na ANM, a frota própria, por vezes, não atende as necessidades da fiscalização, seja por falta de veículos oficiais, veículos indisponíveis por falta de manutenção ou alta demanda.
- 2.5. Por meio do presente processo, há a perspectiva de padronização com vistas a contratação de serviços de locação de veículos sob demanda, por meio de contratação centralizada na SEDE gerando ainda maior economicidade mediante economia de escala.

DIRETRIZES ESPECÍFICAS

3. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Agência Nacional de Mineração (ANM), autarquia criada pela Lei nº 13.575, de 2017, submetida ao regime autárquico especial e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo como finalidade promover a gestão dos recursos minerais da União, bem como a regulação e a fiscalização das atividades para o aproveitamento dos recursos minerais no País, competindo-lhe, dentre outras atribuições:

- I - implementar a política nacional para as atividades de mineração;
- II - gerir os direitos e os títulos minerários para fins de aproveitamento de recursos minerais;
- III - fiscalizar a atividade de mineração, podendo realizar vistorias, notificar, autuar infratores, adotar medidas acautelatórias como de interdição e paralisação, impor as sanções cabíveis, firmar termo de ajustamento de conduta, constituir e cobrar os créditos delas decorrentes, bem como comunicar aos órgãos competentes a eventual ocorrência de infração, quando for o caso;
- IV - estabelecer normas e exercer fiscalização, em caráter complementar, sobre controle ambiental, higiene e segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores;

3.2. Este conjunto de atribuições e a jurisdição em todo o território nacional exige uma capacidade logística considerável, especialmente para acesso a locais remotos, seja por via terrestre, aquática ou aérea. A manutenção de uma frota própria de veículos em quantidade e condições adequadas em todas as unidades da Federação demanda uma estrutura administrativa considerável, com a necessidade de preparação e execução de contratos para aquisição, manutenção, abastecimento e assistência (reboque/socorro mecânico).

3.3. Enquanto que a aquisição de veículos pode ser centralizada, realizando um

processo licitatório único para todas as unidades do país, com ganho de escala, os demais contratos, especialmente de manutenção, exigem contratações locais, ficando sujeito às dificuldades dos processos licitatórios, notadamente quanto à manutenção, há grande dificuldade em estabelecer contratações em vários municípios do País e, mesmo em outras regiões, é praticamente inviável obter uma cobertura contratual ampla, considerando uma atuação em todo o território nacional, o que representa obstáculo para garantia da disponibilidade da frota, prejudicando o cumprimento das atividades da Agência.

3.4. Além do mais, há também a questão do custo de se manter o veículo próprio em condições de rodagem, que deve ser comparado ao custo de se locar o veículo nas mesmas condições, estabelecendo assim qual alternativa que reflete o menor dispêndio de recursos, gerando assim maiores benefícios para a Sociedade.

3.5. Há igualmente o custo de gestão, dificilmente mensurado, do controle da manutenção e patrimônio dos veículos próprios, com gastos adicionais gerados, como por exemplo, impressão de ofícios, deslocamento até o DETRAN, controle dos Certificado de Registro Veicular (CRV), e o custo de hora por servidor da área-meio despendido nessas tarefas, porém é certo afirmar que o tempo despendido nessas tarefas pode ocupar desde 10% ou até mesmo 100% de um servidor da ANM.

3.6. Foi elaborado Demonstrativo de Resultado Econômico SEI 0526714, incluindo todos os custos de se manter a frota própria, além do custo indireto envolvido na complexa gestão administrativa, onde o custo de oportunidade (terceirização) é vantajoso economicamente para a ANM, comparando-se o custo de se manter um veículo 4x4 por dia na ANM, em contraste com a alternativa de locação diária.

3.7. Igualmente a solução de contratação do fornecimento de viaturas – incluídos abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, ou seja, locação de veículos, tem se mostrado extremamente vantajosa ao garantir a disponibilidade da frota em nível elevado, permitindo o desenvolvimento contínuo das ações da Agência, ao mesmo tempo em que requer uma estrutura administrativa menor para gestão dos veículos, ao gerenciar um único contrato por parte de cada unidade. A capacidade e agilidade que uma empresa contratada tem para prover soluções conforme a localidade de ação, por exemplo, na necessidade de manutenção ou remoção de veículos nas diversas regiões de operação da ANM, permite a Agência manter seus esforços na atividade-fim, aumentando sua eficiência e resultados para a atividade de mineração.

3.8. Ainda mais pelo fato do reduzido corpo funcional da área-meio, necessita que os servidores concentrem-se em tarefas de nível superior, no órgão desvinculando-se de tarefas acessórias de controle e manutenção da frota própria.

3.9. Esparsamente, no âmbito da ANM, há dispensas de licitação para locação de veículos oficiais, em períodos específicos de viagem, não havendo uma padronização e planejamento de procedimentos.

3.10. Por exemplo, em pesquisa realizada no SEI, há o processo 48072.000054/2019-76 de solicitação de locação de veículo 4x4 no período de 27/05/2019 a 01/06/2019.

3.11. A realização de procedimentos de dispensa de licitação ou uso de cartão de suprimento de fundos para a contratação de serviços não é a prática ideal, pois além de gerar carga adicional de trabalho ao corpo administrativo com a abertura de vários processos, tal tarefa não proporciona melhor economicidade ao não se aproveitar possível economia de escala com a realização de pregão, com estimativa de uso anual de serviços de locação.

3.12. Adicionalmente, na ANM, a frota própria, por vezes, não atende as necessidades da fiscalização, seja por falta de veículos oficiais, veículos indisponíveis por falta de manutenção ou alta demanda.

3.13. Por meio do presente processo, há a perspectiva de padronização com vistas a contratação de serviços de locação de veículos sob demanda, por meio de contratação centralizada na SEDE, contemplando 8 unidades regionais.

3.14. Em relação aos veículos já existentes, como frota própria, os mesmos poderão ser aproveitados para tarefas que requeiram pronto uso a qualquer hora, em regime de plantão.

3.15. Quanto a demais viagens, que podem ser planejadas com antecedência, a locação de veículos sob demanda pode ser efetuada.

3.16. Também a carreira de motorista oficial está em extinção, cujos serviços devem ser terceirizados, o que no caso do presente processo licitatório, propõe-se mediante a contratação sob demanda, a fim de gerar economicidade ao órgão.

3.17. Assim a pretendida contratação objetiva dotar a Agência Nacional de Mineração das condições necessárias à perfeita execução de suas atribuições regimentais, garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas (atividades atreladas às funções de Estado), de forma contínua e eficiente, e conciliar os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

3.18. A Portaria MPDG nº 443, de 2018, que regulamenta o Decreto nº 9.507, de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, assim prevê:

Art . 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços: (Grifou-se)

[...]

XXVIII - transportes;

3.19. Desta forma, considerando a Lei 11.046/2004 e o Decreto nº 9.507/2018, verifica-se que a execução dos serviços pretendidos podem ser transferidos para iniciativa privada, para ser executado de forma indireta por empresa especializada no ramo.

4. REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

4.1. A contratação está em consonância com:

I - Plano Nacional de Mineração 2030 - baliza as políticas públicas de fomento a atividade minerária e a melhor gestão do patrimônio mineral, focando em três premissas: a governança pública, eficaz para promover o uso dos bens minerais extraídos no País no interesse nacional; a agregação de valor e adensamento de conhecimento; e a sustentabilidade da atividade mineral;

II - Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira; e

III - Política de reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas fins e reduzindo a demanda por serviços de apoio ao estritamente necessário.

4.2. Implementar a política nacional para as atividades de mineração.

4.3. Trata-se de contratação ordinária, rotineira e habitual da Administração, já previstas no orçamento anual e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes.

4.4. Contratação registrada e aprovada no Sistema de Planejamento do Órgão (SISPLAN), no Sistema de Gerenciamento de Contratações (PGC) do Governo Federal.

5. JUSTIFICATIVA ADOÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Trata-se de um projeto piloto na ANM, cujo estimativa de contratação foi realizada com base em consulta às regionais, que pode variar conforme a necessidade de serviços das Unidades, além do mais não é desejável a contratação de serviços mensais com dedicação exclusiva de motorista, tendo em vista a atual existência de frota própria.

5.2. Também há necessidade de viagens frequentes, à serviço, em atividades de fiscalização, sendo a melhor prática a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP).

5.3. Finalmente, o Sistema de Registro de Preços, não prevê a prévia reserva orçamentária, constituindo-se de instrumento de grande valor, para a formalização antecipada da Licitação, com posterior empenho, na existência de crédito orçamentário.

5.4. Assim justifica-se a adoção do SRP, conforme incisos I E IV, do Art 3º do Decreto 7.892/2013, conforme extrato abaixo:

"I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

6. JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS - IRP E NÃO PERMISSÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS EXTERNOS

6.1. Em atenção à exigência contida no art.4º, § 1º, do Decreto 7.892/13, justificamos que considerando que o presente certame objetiva viabilizar a contratação do serviço, em partes, ainda neste exercício, o que comparando a estimativa de tempo necessário à conclusão da licitação até regular disponibilidade da realização de empenho, se faz necessário inviabilizar a divulgação da Intenção de Registro de Preços.

6.2. Adicionalmente a economia de escala não será prejudicada, pois o Pregão será realizado a nível nacional, contemplando 8 unidades regionais da ANM com possibilidade de adesão das demais.

6.3. Destaca-se a falta de pessoal para gerenciamento da ata com participantes, além de ausência de estrutura para execução das atribuições decorrentes.

6.4. Ademais, acatar a intenção de outros órgãos demanda que o processo originário passe por alterações que requerem um árduo trabalho de ajustes, além de implicar na capacidade de execução da sessão pública com vários itens/lotos.

6.5. Será admitida adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) decorrente desta licitação apenas as Unidades integrantes da estrutura Regimental da ANM.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Disponibilizar veículos, com motorista, com combustível, sob demanda, com pagamento na forma de diárias, conforme a necessidade, nas seguintes linhas de fornecimento:

-Serviço de locação de veículo tipo caminhonete COM MOTORISTA (L200, Ranger, S10, etc.)

-Serviço de locação de veículo tipo SUV COM MOTORISTA (Tracker, EcoSport, Duster, etc.)

-Serviço de locação de veículo de passeio Flex 1.4 COM MOTORISTA (Gol, Uno, Sandero, etc.)

7.2. Disponibilizar motoristas profissionais (CBO 7823), sob demanda, conforme a linha de fornecimento, com:

- 7.2.1. Categoria B;
- 7.2.2. EAR - "Exerce atividade remunerada";
- 7.2.3. Carteira de motorista válida;
- 7.2.4. devidamente uniformizado;
- 7.2.5. um ano de experiência;
- 7.2.6. curso de direção defensiva;
- 7.2.7. ensino médio completo.

7.3. Os carros disponibilizados, sob demanda, devem possuir:

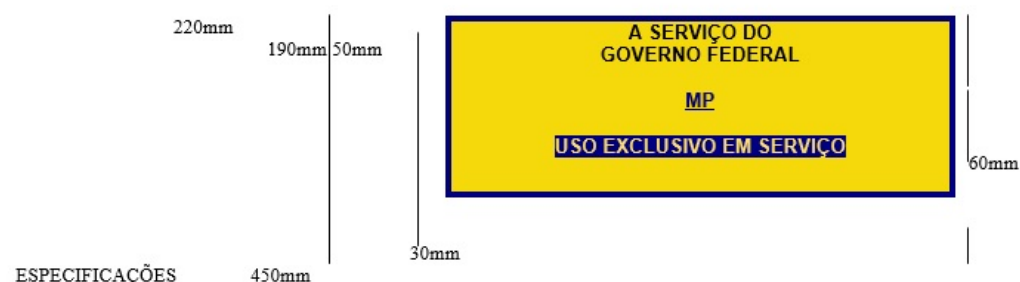
- 7.3.1. CRVs regulares;
- 7.3.2. no máximo 5 anos de vida útil, desde o primeiro licenciamento;

- 7.3.3. manutenção corretiva e preventiva regulares a cargo da CONTRATADA;
- 7.3.4. cartão-combustível fornecido pela Contratada, para uso rede credenciada ou outro meio que possibilite abastecimento em viagem;
- 7.3.5. seguro e manter as apólices vigentes dos seguros do casco, contra furto/roubo dano a terceiros e danos pessoais;
- 7.3.6. adequadas emissões de material poluente, dentro das margens toleradas pela legislação, não permitindo-se a emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota utilizada na prestação dos serviços, sob pena de rescisão contratual.
- 7.3.7. No presente processo não é prevista a disponibilização integral tanto dos veículos e/ou motorista.
- 7.3.8. Os veículos devem ser entregues na sede da Regional da ANM, em menor tempo possível, no prazo máximo de até 24 horas contados do horário de solicitação.
- 7.3.9. Os veículos serão devolvidos na sede da Regional da ANM, cabendo à empresa a sua retirada.
- 7.3.10. O pagamento será quantificado por dia de utilização do veículo, sendo pago mensalmente.
- 7.3.11. Em caso de impossibilidade de entrega dos veículos, no prazo máximo de 24 que anteceder ao vencimento da entrega, a CONTRATADA deverá informar os motivos da impossibilidade do cumprimento, sujeito a análise da CONTRATANTE.
- 7.3.12. Os veículos devem ser entregues em perfeito estado de funcionamento, limpos e higienizados.
- 7.3.13. Prover a identificação do órgão mediante a utilização de mantas magnéticas, ou outro método que permita sua identificação temporária, em que o veículo estiver sob uso demandado pela ANM, conforme Instrução Normativa 03/2018 ANEXO VII, substituindo o termo exemplificativo "MP" por "ANM":

ANEXO VII - ESPECIFICAÇÕES PARA IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS EM CONTRATO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE
Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008

Os elementos da identificação visual prevista no Art. 20 terão as seguintes especificações:

MATERIAL: MANTA MAGNÉTICA MEDINDO 220mm X 450mm



1 - "A SERVIÇO DO GOVERNO FEDERAL"
LETRAS TIPO HELVÉTICA MÉDIA, CAIXA ALTA, NEGRITO COM 20 mm DE ALTURA NA COR PRETA.

2 - SIGLA DO ÓRGÃO / ENTIDADE
LETRAS TIPO HELVÉTICA MÉDIA, CAIXA ALTA, NEGRITO COM 50 mm DE ALTURA NA COR AZUL MARINHO (pantone 2597 cv).

3 - SUBLINHADO
COM 3 mm E A 5 mm DE DISTÂNCIA DA Sigla do ÓRGÃO

4 - "USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO"
LETRA TIPO HELVÉTICA NORMAL, CAIXA ALTA, COM 20 mm DE ALTURA NA COR AMARELO OURO (PANTONE 108 CV), INSCRITA EM TARJA AZUL MARINHO (pantone 2597 cv), DE 30mm DE COMPRIMENTO E 380mm DE LARGURA.

5 - BORDA NA COR AZUL MARINHO (pantone 2597 cv), COM LARGURA DE 5mm.

6 - FUNDO NA COR AMARELO OURO (PANTONE 108 CV).]

- 7.4. Realizar vistoria opcional nos locais de execução dos serviços.
- 7.5. Instalar e manter sede, filial ou escritório na cidade ou região metropolitana onde se realizarão os serviços.
- 7.6. Comprovar que tenha executado serviços compatíveis em quantidades e especificações com o objeto da contratação em período não inferior a 3 (três) anos.
- 7.7. Comprovar que possui infraestrutura de técnica e operacional para executar o objeto do futuro contrato.
- 7.8. Comprovar que dispõe em seu quadro de pessoal técnico devidamente treinados, habilitados e disponíveis para realização dos serviços.
- 7.9. Experiência em serviços de transporte, com características e quantidades compatíveis com o objeto da contratação em tela.
- 7.10. Prover manutenção e lavagem, que deverão estar embutidos no preço das diárias, sem custo adicional à ANM.
- 7.11. O pernoite do motorista terceirizado será pago, sob demanda, conforme comprovação efetuada pela Empresa, e limitado ao valor de R\$ 106,20.
- 7.12. Sempre que for necessário, a locadora deverá executar a substituição e/ou socorro dos veículos no menor prazo de tempo, sendo as despesas por conta da locadora, sendo o pagamento da diária proporcional ao tempo do veículo disponível.
- 7.13. Conforme a linha de fornecimento os carros deverão possuir as seguintes especificações técnicas:

7.13.1. Modelo de referência L200, Ranger, S10, Frontier, com fornecimento de lona marítima ou de qualidade igual/superior com as seguintes especificações técnicas:

- 7.13.1.1. 4x4;
- 7.13.1.2. 4 (quatro) portas;
- 7.13.1.3. ar condicionado;
- 7.13.1.4. travas elétricas;
- 7.13.1.5. direção hidráulica ou elétrica;
- 7.13.1.6. sonorização AM/FM;
- 7.13.1.7. motor 2.0 ou acima;
- 7.13.1.8. cabine dupla;
- 7.13.1.9. tipo caminhonete.

7.13.2. Modelo de referência Duster, Ecosport, Nissan Kicks, Jeep Renegade, ou de qualidade igual/superior com as seguintes especificações técnicas:

- 7.13.2.1. 4 portas;
- 7.13.2.2. ar condicionado;
- 7.13.2.3. travas elétricas;
- 7.13.2.4. direção hidráulica ou elétrica;
- 7.13.2.5. sonorização AM/FM;
- 7.13.2.6. motor 1.5 ou acima;
- 7.13.2.7. capacidade 3 malas grandes e 2 pequenas;
- 7.13.2.8. tipo SUV.

7.13.3. Modelo de referência Ka, Onix, Argo, HB20, 208, Gol, Polo, New March, Sandero, Novo Uno, ou de qualidade igual/superior com as seguintes especificações

técnicas:

- 7.13.3.1. 4 portas;
- 7.13.3.2. ar condicionado;
- 7.13.3.3. travas elétricas;
- 7.13.3.4. direção hidráulica ou elétrica;
- 7.13.3.5. sonorização AM/FM;
- 7.13.3.6. motor 1.4 ou acima;
- 7.13.3.7. capacidade duas malas grandes e uma mala pequena;
- 7.13.3.8. tipo passeio.

7.14. As definições de requisitos foram efetuadas com base nos requisitos legais padronizados pelo governo federal, necessidade de serviço e condições usuais de mercado de modo a não restringir a competição, com busca nas seguintes fontes:

- 7.14.1. caderno de logística de transportes do governo federal;
- 7.14.2. sítio eletrônico da empresa "Localiza" para especificações técnicas dos carros, conforme o grupos "passeio", "SUV" e "4X4";
- 7.14.3. Pregão 10/2015 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- 7.14.4. Pregão 14/2016 da Agência de Aviação Civil (ANAC);
- 7.14.5. Pregão 14/2019 da Secretaria de Administração da Presidência da República;
- 7.14.6. Decreto 5.992/2006 para fixação e padronização do custo do pernoite;
- 7.14.7. Documento DOD 0453622, com a definição dos tipos de carros;
- 7.14.8. pesquisa realizada na Internet em vários pregões, além de empresas, para definição de especificações técnicas compatíveis com a realidade de mercado e que atendam a necessidade de serviço.
- 7.14.9. Em relação a cilindrada do motor de carro de passeio, tendo em vista a dificuldade de pesquisa de mercado, e opção em locadoras pelo motor 1.4 em carros intermediários, adota-se o motor 1.4 em vez do sugerido pelo DOD 0453622.

8. NATUREZA DO SERVIÇO

8.1. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua e indireta, através de empresa habilitada, em conformidade com as normas que regulam o setor.

8.2. O caráter contínuo do serviço é determinado por sua essencialidade para o bom desenvolvimento das atividades da fiscalização e regulação além de eventual uso administrativo, em necessidade de deslocamento à serviço, de modo que sua interrupção poderá comprometer o andamento dos serviços, o cumprimento de sua missão institucional, aumentando os riscos de que os índices de satisfação dos servidores e cidadãos usuários sejam diminuídos, com consequentes prejuízos à prestação do serviço público e a sociedade.

9. OBRIGAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA CONTRATADA

9.1. proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de mão de obra.

9.2. disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação.

- 9.3. observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.
- 9.4. seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- 9.5. fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização, prezando pela saúde e segurança durante a execução dos serviços.
- 9.6. fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta das Normas Regulamentadoras do MTE;
- 9.7. treinar e capacitar periodicamente seus funcionários no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços, zelando pela segurança e saúde de pessoas, bens e do meio ambiente;
- 9.8. orientar seus funcionários sobre o cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.
- 9.9. administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.
- 9.10. utilizar veículos automotores para execução das atividades com modelos classificados como A ou B ou C pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular e utilizar biocombustíveis, gasolina aditivada, ou diesel S10, híbrido ou abastecimento elétrico.
- 9.11. Caso vantajoso economicamente, na relação etanol/gasolina "regra de 70" é permitido o abastecimento com gasolina, desde que seja aditivada, para limpeza do motor e redução dos poluentes.
- 9.12. Somente será admitido o abastecimento com Diesel S10, nos casos de veículos movidos a óleo diesel, excetuado nos casos em que o trajeto de deslocamento somente ofereça o Diesel tradicional.
- 9.13. destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.
- 9.14. adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
- I - racionalizar/economizar energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis;
 - II - evitar o desperdício da água potável com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos); e
 - III - treinar/capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.
- 9.15. manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.
- 9.16. adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica;
- 9.17. não utilizar quaisquer substâncias que destruam a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos essenciais permitidos pelo mencionado Protocolo, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º

da Resolução CONAMA nº 267, de 2000, e legislação correlata;

9.18. verificar e não permitir a utilização de produtos que contenham substâncias perigosas, biodegradabilidade dos tensoativos, toxicidade aquática e teor de fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.

9.19. providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

9.20. exigir o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, obedecendo aos seguintes procedimentos:

I - recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

II - providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata; e

III - dar a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizado pelo órgão ambiental competente, exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

9.21. não permitir formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas, por exemplo baterias dos carros, originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

I - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

II - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; e

III - lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

9.22. providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.” e

9.23. observar o contido na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 2010, além de outras práticas sustentáveis aplicáveis a prestação dos serviços.

10. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

10.1. 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação em até 60(sessenta) meses, nos termos do art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

11. SOLUÇÕES DE MERCADO

11.1. As variações que existem, relacionadas ao suprimento da necessidade de deslocamento de serviços, com motorista são:

- I - aquisição de frota própria ou aumento;
- II - locação de veículos 24h por dia, em trinta dias no mês para uso exclusivo da ANM;
- III - locação de veículos, sob demanda, por meio de diárias, com manutenção, sem fornecimento de combustível;
- IV - locação de veículos, sob demanda, por meio de diárias, com manutenção, com fornecimento de combustível;
- V - pagamento por quilometragem percorrida.

11.2. Análise da solução V:

11.2.1. Em verificação no mercado de locadoras, o usual é o oferecimento de franquias com quilometragem ilimitada, conforme verificado nas Empresas Localiza, Unidas entre outros.

11.2.2. O deslocamento dos servidores, em viagens a serviço, ocorrem prioritariamente em grandes distâncias, no interior dos Estados, com viagens que ocorrem geralmente no período de segunda à sexta-feira, as quais são perfeitamente atendidas com franquias de quilometragem livre.

11.2.3. Também a simplificação contratual é atendida no pagamento de uso por diárias, aliviando a carga de trabalho da área-meio da ANM, ao não necessitar o controle adicional de quilometragem.

11.2.4. Assim descarta-se, no presente processo o pagamento por quilometragem percorrida, por ser de difícil mensuração no mercado, não ser o padrão usual e gerar maior necessidade de controle na gestão contratual.

11.3. Análise da solução III:

11.3.1. Em verificação em pregões públicos encontraram-se licitações com carros locados, com combustível incluso, seja ilimitado, seja sob demanda, mantendo-se a quilometragem ilimitada.

11.3.2. Atualmente na ANM, o abastecimento dos veículos oficiais geralmente ocorre por meio de Suprimento de Fundos, o qual é altamente burocrático, com muitas horas/trabalho na elaboração formal do pedido que envolvem os Sistemas SIAFI, SEI e SCP.

11.3.3. Alternativamente, não é viável a contratação e realização de pregão para abastecimento de veículos locados, pelo ônus adicional de tempo envolvido.

11.3.4. Tendo em vista a necessidade de simplificação contratual, o fornecimento de combustível por meio de cartão-combustível, ou outro meio, à Critério da Contratada, alivia a carga de trabalho da área-meio da ANM, não necessitando da elaboração de contrato adicional de fornecimento ou elaboração de suprimento de fundos.

11.3.5. Assim descarta-se, no presente processo a locação de veículos sem fornecimento de combustível, pois tal adoção aumentaria a complexidade do gerenciamento de serviços, sendo que o desejável na terceirização dos serviços, conforme as boas práticas administrativas é o foco na atividade fim do órgão.

11.4. Análise da solução II:

11.4.1. Há tanto mercado em soluções privadas ou em licitações realizadas por órgãos públicos o fornecimento de carros com/sem motorista sob demanda.

11.4.2. Atualmente há frota própria na ANM, o qual apesar de não atender em sua plenitude o órgão, é suficiente para atendimento de demandas urgentes, oriundas de emergências, e determinações judiciais.

11.4.3. Nos prédios da ANM, em suas regionais, o espaço para estacionamento de carros, por vezes é inexistente, ou insuficiente, o que dificultaria a locação mensal de um carro.

11.4.4. Também, no presente processo licitatório, o objetivo é o pagamento por uso e sob demanda, gerando maior economicidade contratual.

11.4.5. Adicionalmente, no caso de contratação mensal de linha de fornecimento com motorista para uso exclusivo, haveria necessidade obrigatória, por exemplo de:

11.4.5.1. uso de conta vinculada ou pagamento por fato gerador.;

11.4.5.2. fiscalização trabalhista, com verificação dos contracheques;

11.4.5.3. necessidade de sala disponível para descanso dos motoristas terceirizados.

11.4.6. Além do mais, em dias sem necessidade de transporte, os motoristas e carros ficariam ociosos.

11.4.7. Assim descarta-se, no presente processo a locação de carros com/sem motorista, com periodicidade mensal, para uso exclusivo da ANM.

11.5. Análise da solução I:

11.5.1. Está em andamento processo paralelo para aquisição de veículos próprios, os quais se destinarão a atendimento de demandas judiciais e plantões, que necessitam prontidão do veículo, o que está fora de escopo deste atual processo licitatório.

11.5.2. No entanto, para os casos possíveis, por exemplo em uso agendado e programado de atividades de fiscalização, a adoção de locação com diárias é possível.

11.5.3. Atualmente tanto, no mercado privado, como em órgãos públicos adota-se a tendência de terceirização de atividades, desde que traga ganhos de eficiência e eficácia.

11.5.4. Um dos instrumentos para escolha entre terceirizar o transporte e adoção de veículo próprio, é a Contabilidade de Custos.

11.5.5. No estudo realizado por meio de Artigo SEI 0460118, levantaram-se dados sobre a ANM/RS com o objetivo de levantar o menor custo para a Sociedade entre terceirizar ou manter frota própria.

11.5.6. Conforme documento 0460118, no caso da ANM/RS a terceirização é preferível.

11.5.7. O caso foi levando à SAF/ANM, com sugestão de adoção e padronização para outras regionais da ANM, no intuito de elaboração de procedimento licitatório único.

11.5.8. O pleito foi atendido por meio da elaboração do documento DOD 0453622, do presente processo, tratando-se do projeto piloto da Agência.

11.5.9. Conforme metodologia do Artigo citado, houve comparativo nas Regionais BA; GO; MG; MT; PA; RS, SC e SP, com elaboração dos Demonstrativos de Resultado Econômico (DRE) 0508087, sendo que na média, no cenário "moderado" a locação de veículos é mais econômica que a compra dos carros, não levando em conta o custo indireto de gestão administrativa e com condições de locação de carros da iniciativa privada.

11.5.10. O custo da frota própria é ainda maior, pois:

11.5.10.1. Não foram estudados os custos indiretos envolvidos na gestão administrativa, que no mínimo ocupa 10% do servidor da área, numa visão muito otimista;

11.5.10.2. Alta variabilidade da manutenção dos veículos, o qual é de difícil mensuração.

11.5.10.3. Posteriormente neste processo, serão elaborados novos DREs, com o custo de oportunidade atualizado, com base no painel de preços, e com a inclusão de custos indiretos de gestão administrativa, com base em 10% da remuneração de um Analista Administrativo da ANM.

11.5.11. Além do mais devido a falta de pessoal e de orçamento, não é possível efetuar uma manutenção adequada dos veículos, gerando problemas de disponibilidade de uso.

11.5.12. Assim descarta-se, no presente processo a compra de veículos próprios, para atendimento do aumento de demanda de serviços de fiscalização, por ser ineficiente e ineficaz e não fazer parte do escopo do DOD 0453622.

11.6. Análise da **solução IV, solução escolhida**:

11.6.1. Tendo em vista a natureza diversa das Regionais, com necessidades de serviço diferenciadas, está prevista a contratação, por meio de demanda, e ata de registro de preços:

-Serviço de locação de veículo tipo caminhonete COM MOTORISTA (L200, Ranger, S10, etc.)

-Serviço de locação de veículo tipo SUV COM MOTORISTA (Tracker, EcoSport, Duster, etc.)

-Serviço de locação de veículo de passeio Flex 1.4 COM MOTORISTA (Gol, Uno, Sandero, etc.)

11.6.2. Em atendimento ao princípio constitucional da eficácia, no qual é necessário a adoção integral de veículos em bom estado de conservação para a realização de atividades de transporte dos servidores da ANM, é sugerida a locação sob demanda dos veículos.

11.6.3. Pela modo de contratação ser por diária, ou seja por demanda, a solução além de eficaz é eficiente.

11.6.4. Porém por tratar-se de projeto piloto, e aliado ao fato da grande variabilidade do custo de combustível, será adotado adicionalmente o pagamento por quilometragem percorrida, contemplando os gastos estimados da CONTRATADA em abastecimento veicular.

11.6.5. Em suas várias linhas de fornecimento, de acordo com as necessidades, as Regionais poderão contratar serviços de acordo com suas necessidades, usando carros de passeio, SUV e veículos 4X4, com motorista.

11.6.6. Além de tudo, todos os veículos estarão segurados, com manutenção em dia, e com fornecimento de combustível.

11.6.7. A seu critério, cada Regional, levando-se em conta suas necessidades

poderá contratar serviços de deslocamento com motorista de carros 4x4, SUV e de passeio, conforme estimativas SEI 0506079.

12. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

12.1. Conforme planilha consolidada, SEI 0552998, o quantitativo estimativo anual de diárias é de:

	ANM/RS	ANM/BA	ANM/SC	ANM/PA	ANM/MT	ANM/MG	ANM/GO	ANM/SP
-Serviço de locação de veículo tipo caminhonete C/ MOTORISTA (L200, Ranger, S10, etc.)	67	65	130	230	111	70	112	38
-Serviço de locação de veículo tipo SUV C/ MOTORISTA (Tracker, EcoSport, Duster, etc.)	34	22	13	99	55	349	186	19
-Serviço de locação de veículo de passeio Flex 1.4 C/ MOTORISTA (Gol, Uno, Sandero, etc.)	8	13	6	49	15	124	74	17

12.2. Os números acima referem-se a quantidades máximas estimadas, não gerando nenhuma obrigação por parte da ANM.

12.3. Para efeito de elaboração de proposta, a atual frota própria da ANM é composta em sua maior parte por veículos 4x4, muitos em sem condições de trafegabilidade, sendo que o uso no ano de 2018 foi de, em sua maioria de veículos 4x4:

UF	quantidade dias de uso de veículo por regional 2018
RS	109
BA	213
SC	220
PA	667
MT	270
MG	717
GO	323
SP	93

12.4. Espera-se que com a adoção da solução de locação de veículos por meio de diárias, o uso efetivo seja intensificado.

13. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

13.1. Considerando as limitações das soluções I, II, III e V apresentadas no item 9. deste ETP, para atendimento das demandas do ANM, sendo que essas soluções são antieconômicas e ineficazes, a melhor solução é:

13.1.1. O pagamento de diárias, sob demanda, de veículos com manutenção e fornecimento de combustível inclusos, devidamente segurados, com motorista.

13.2. A contratação integrada da mão de obra, manutenção, e fornecimento de combustível representa um avanço na gestão e controle dos serviços, além da redução do custo administrativo com a desnecessidade de realização de licitações, dispensa ou procedimentos de suprimento de fundos.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS

14.1. Os preços estimados de referencia deverão ser obtidos conforme disciplina a IN SLTI/MPOG nº 05, de 2014, utilizando os parâmetros previstos no Art. 2º, observado o contido no § 1º, ambos da mencionada norma, priorizando as pesquisas no módulo PAINEL DE PREÇOS disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>, bem como em contratações semelhantes efetivadas por outros entes da administração pública.

14.2. Devido a condições diferenciadas de contratação, como por exemplo o oferecimento de seguro sem franquias, e fornecimento de combustível, a pesquisa de mercado deve ter como base o painel de preços, sendo que outras metodologias podem ser usadas, de modo complementar ou confirmatório.

14.3. Em referência ao painel de preços, serão utilizados os itens CATSER:

14.3.1.	4014
14.3.2.	5240
14.3.3.	25089
14.3.4.	24210
14.3.5.	24201
14.3.6.	24198

14.4. As pesquisas, no painel de preços, serão realizadas e padronizadas pela região sul, norte, nordeste, sudeste e centro-oeste, pois em pesquisa preliminar para alguns estados não houve número suficiente de fornecedores compatíveis com os requisitos técnicos neste procedimento licitatório, para cálculo do custo de diárias sem combustível, sem motorista e sem pernoite.

14.5. Os cálculos relativos a combustível, serão feitos com base nos relatórios da ANP SEI 0553065, tratando-se apenas de valor provisionado em proposta.

14.6. Os cálculos envolvendo o custo de motorista serão efetuados com base nos relatórios SICRO DNIT SEI 0553025.

14.7. Demais custos, como pedágio, balsa, por sua excepcionalidade serão calculados em torno de 10% do valor do combustível para fins de provisionamento.

14.8. Caso a pesquisa por região resulte em número insuficiente de fornecedores, haverá consolidação nacional e posterior cálculo da variabilidade regional com base em preço de diária de sítios eletrônicos de locadoras de automóveis, por exemplo "Localiza", mantendo-se a mesma proporcionalidade regional de modo a aproveitar a pesquisa no painel de preços, mas respeitando as diferenças econômicas regionais.

14.9. A unidade de fornecimento é a "diária", sendo pesquisados os itens assemelhados: "diárias", "diário", "diária", etc...

14.10. De forma complementar, poderão ser realizadas pesquisas de mercado, em contratações realizadas no mercado privado, revistas especializadas e sítios eletrônicos.

14.11. O custo do pernoite está limitado em R\$ 106,20; ou seja, 60% do valor de uma diária do servidor civil federal para viagem a interior do estado.

14.12. O custo por combustível estimado para os carros, é o preço da bomba do combustível em 250km diários, para SUV e 4X4, e 100km diários para carro de passeio, pago por quilometragem rodada.

14.13. Embora o uso atual das regionais para carro de passeio seja em torno de 50km por dia, espera-se que com o advento da contratação de locação de veículos o uso seja intensificado, logo para a presente contratação estimou-se o uso para carros de passeio em 100km diários.

14.14. Após pesquisa do valor de diárias, custo do pernoite, custo do motorista e custo do fornecimento de combustível, haverá consolidação de planilha por meio do documento "mapa de preços" no sei, que gerará valor estimativo da contratação.

14.15. Poderão ser adotadas outras metodologias, desde que justificado no documento "mapa de preços".

14.16. Com base na pesquisa de mercado será elaborada planilha de custos, que servirá de base a elaboração de proposta, devendo ser alterada e preenchida pela Licitante.

14.17. Para definição do custo unitário de referência poderá ser considerada a média ou mediana das diárias (locação de veículos) apuradas nas fontes de consulta, nos termos da IN SLTI/MPOG nº 05, de 2014, e alterações.

15. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

15.1. Deverão ser fornecidos veículos com motorista, conforme necessidade da ANM, mediante demanda, por meio de diárias, com viagem no interior dos Estados abaixo, com partida dos seguintes endereços:

BA

Gerência Regional no Estado da Bahia - Cláudia Marínez Maia
Avenida Ulysses Guimarães nº 650 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia – Ala Federal
Salvador - BA - CEP 41213-000

GO

Gerência Regional no Estado de Goiás - Dagoberto Pereira Souza
Rua 84, nº 593 - Setor Sul
Goiânia - GO - CEP 74080-400

MG

Gerência Regional no Estado de Minas Gerais - Jânio Alves Leite
Praça Milton Campos, 201 - Serra
Belo Horizonte - MG - CEP 30130-040

MT

Gerência Regional no Estado do Mato Grosso - Serafim Carvalho Melo
Rua da Fé, 177 - Jardim Primavera
Cuiabá - MT - CEP 78030-090

PA

Gerente Regional no Estado do Pará - Maria do Rosário Miranda Costa
Av. Almirante Barroso, 1.839 - Marco
Belém - PA - CEP 66093-020

RS

Gerência Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Ronaldo Mossmann
Rua Washington Luiz, 815 - Centro
Porto Alegre - RS - CEP 90010-460

SC

Gerência Regional no Estado de Santa Catarina - Marcus Geraldo Zumblick
Rua Álvaro Millen da Silveira, 104 Centro
Florianópolis - SC - CEP 88020-180

SP

Gerência Regional no Estado de São Paulo - Marcus Vinicius de Oliveira
Rua Loeffgren, 2225 - Vila Clementino
São Paulo - SP - CEP 04040-033

15.2. No presente processo será exigido o fornecimento de combustível , o qual será pago por quilometragem rodada, observando-se os seguintes critérios:

15.2.1. A CONTRATADA deverá efetuar o abastecimento do veículo, e calcular o custo do quilometro rodado, observando sempre para a utilização daquele que seja mais vantajoso para a Administração Pública;

15.2.2. O custo do quilometro rodado será conhecido, obedecendo à cotação efetuada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de acordo com o preço médio (entre o valor mínimo e máximo) para o mês e o Estado em que o serviço foi prestado. Caso o levantamento de preços não abranja o mês completo, poderá ser utilizado o período proporcional já divulgado pela ANP. O pagamento considerará a distância percorrida e os seguintes parâmetros:

15.2.2.1. Veículos 4X4: 1 (um) litro de combustível para cada 08 (oito) quilômetros rodados, sendo utilizado DIESEL S10;

15.2.2.2. Veículo SUV: 1 (um) litro de combustível para cada 10 (dez) quilômetros rodados, se utilizada gasolina aditivada ou a cada 07 (sete) quilômetros rodados se utilizado etanol;

15.2.2.3. Veículo passeio: 1 (um) litro de combustível para cada 12 (doze) quilômetros rodados, se utilizada gasolina aditivada ou a cada 08 (oito) quilômetros rodados se utilizado etanol;

15.2.2.4. A estimativa de consumo foi obtida com base em relatório do INMETRO de consumo de combustíveis, tendo como referência a rodagem na cidade, tendo em vista que o tráfego esperado dos veículos englobará além de estradas, igualmente o uso em estradas vicinais ou ruas de cidades do interior.

15.2.3. Custos com pedágios e balsas e estacionamentos serão pagos pela CONTRATADA e ressarcidos posteriormente pela ANM, desde que comprovado, de acordo com a necessidade de serviço e com valores compatíveis com a realidade de mercado.

15.2.4. O custo por evento de pernoite do motorista terceirizado será pago pela CONTRATADA e ressarcido posteriormente pela ANM, desde que comprovado, não sendo superior ao valor de R\$ 106,20.

15.3. A contratada deverá fornecer cartão para abastecimento de combustível, para uso em rede credenciada de postos, que possibilite abastecimento pelo motorista em viagem.

15.4. Nos casos de cidades em que hajam postos de combustível que aceitem somente pagamento em dinheiro, o motorista terceirizado deverá possuir numerário, para pagamento em espécie.

15.5. Os pagamentos relativos as diárias, após a devida consolidação e emissão de nota fiscal mensal, serão pagos no mês subsequente ao da utilização.

15.6. Haverá deslocamento máximo de 8h por dia, devendo o motorista efetuar pausa para intervalo de almoço, café e descanso conforme a necessidade, não admitindo-se a extensão da jornada, ou condução em horário noturno, a fim de preservar o conforto dos servidores e motorista.

15.7. Em casos excepcionais, as horas extras, desde que justificadas, por necessidade de viagem, serão autorizadas, com pagamento complementar efetuado da ANM para a CONTRATADA, sendo que a hora-extra do motorista será calculada na proporção de 1/8 (um oitavo) da diária, acrescida de cinquenta por cento.

15.8. Em casos excepcionais, o deslocamento noturno, desde que justificado, por necessidade de viagem, será autorizado, com pagamento complementar efetuado da ANM para a CONTRATADA, sendo que a hora-extra do motorista será calculada na proporção de 1/8 (um oitavo) da diária acrescida de setenta por cento.

15.9. Deverão ser observados os critérios de descanso do motorista, conforme segue, e no que couber a Lei [LEI Nº 13.103, DE 2 DE MARÇO DE 2015](#):

15.9.1. É vedado ao motorista profissional dirigir por mais de 5 (cinco) horas e meia ininterruptas o veículo.

15.9.2. Serão observados 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas na condução de veículo.

15.9.2.1. Em situações excepcionais de inobservância justificada do tempo de direção, devidamente registradas, o tempo de direção poderá ser elevado pelo período necessário para que o condutor, o veículo e a carga cheguem a um lugar que ofereça a segurança e o atendimento demandados, desde que não haja

comprometimento da segurança rodoviária.

15.9.3. O condutor é obrigado, dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, a observar o mínimo de 11 (onze) horas de descanso.

15.9.4. A jornada diária de trabalho do motorista profissional será de 8 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias ou, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo, por até 4 (quatro) horas extraordinárias, ressaltando que trata-se de situação excepcionalíssima.

15.10. Os veículos devem ser entregues na sede da Regional da ANM, em menor tempo possível, no prazo máximo de até 24 horas contados do horário de solicitação.

15.11. O número de diárias a ser pago, ocorrerá por dia de utilização de veículos, no período intercorrido máximo de 24 horas, sendo que para cada hora excedente se calculará 1/6, limitado ao valor de uma diária, por exemplo:

15.11.1. viagem de segunda até sexta, saída 9h-segunda, volta 18h-sexta para a sede da Regional: pagamento de cinco diárias;

15.11.2. viagem de segunda até sexta, saída 15h-segunda, volta 15h-sexta para a sede da Regional: pagamento de quatro diárias;

15.11.3. viagem de um dia, com saída às 9h e volta 18h, no mesmo dia: pagamento de uma diária;

15.11.4. viagem de dois dias, com saída às 10h e volta às 10h no dia subsequente: pagamento de uma diária;

15.11.5. viagem de dois dias, com saída às 10h e volta às 9h no dia subsequente: pagamento de uma diária;

15.11.6. viagem de dois dias, com saída às 10h e volta às 11h no dia subsequente: pagamento de uma diária e 1/6 de de excedente.

15.12. A responsabilidade pela entrega e retirada dos veículos é de responsabilidade da Contratada, sendo os horários contados a partir da chegada dos veículos nas Regionais.

16. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

16.13. A contratação é composta por três itens, independentes, contemplando a locação de veículos, para uso eventual nas oito regionais, BA, GO, MG, MT, PA, RS, SC e SP:

- Diária de locação de veículo tipo caminhonete COM MOTORISTA (L200, Ranger, S10, etc.)
- Diária diário de locação de veículo tipo SUV COM MOTORISTA (Tracker, EcoSport, Duster, etc.)
- Diária diário de locação de veículo de passeio Flex 1.4 COM MOTORISTA (Gol, Uno, Sandero, etc.)

16.14. As diárias deverão contemplar os seguintes custos:

- Quilometro rodado
- Custo de Pernoite
- Custo de pedágios
- Custo de balsas
- Custo de estacionamento

16.15. Os valores do quilometro rodado, pernoite e demais custos serão cotados em uma única planilha que deverá espelhar o valor final de cada item.

16.16. O agrupamento da solução a nível nacional, em três grandes contratos, evita a perda de economia de escala, a medida que os serviços pretendidos são de baixa complexidade técnica e que podem ser prestados por empresas que atuam no mercado de locação de veículos com motorista.

16.17. Ao mesmo tempo, tal procedimento não acarretará em restrição de competitividade, pois a título de exemplo no pregão 14/2016, da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, UASG: 113214, houve a participação de 08 empresas no certame sagrando-se vencedora a empresa Localiza.

16.18. Ademais, lidar com o quantitativo máximo de três prestadores de serviço, diminuirá o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e aumenta a eficiência administrativa do setor público, que passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública (Acórdão TCU nº 0861/2013-Plenário).

16.19. Verifica-se que o objeto pode ser prestado a nível nacional, para cada item, para a obtenção de economia de escala e maior interesse de participação de licitantes.

16.20. Essa sistemática de contratação significa expressivo avanço de gestão, controle e redução de custos, que vai ao encontro da necessidade da Administração Pública de otimizar seus recursos de maneira eficaz e efetiva.

17. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

17.1. Permitir a ANM atuar dinamicamente, na medida em que possibilitará que os seus servidores concentrem esforços exclusivamente no exercício de suas atribuições legais, sem terem que se ocupar com elementos de cunho operacional e auxiliar, nem tampouco com a realização de tarefas secundárias, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, periféricos àqueles que lhes são essenciais para a condução da atividade fim do Órgão, por exemplo gestão da manutenção, abastecimento de veículos, contratação de seguros, desfazimento e compra, controle de quilometragem, entre outros.

17.2. Quanto à eficácia, a solução possibilitará disponibilizar mais veículos em condições confiáveis de utilização, apropriados às necessidades da ANM, com menor risco de quebra, aliado a diminuição da quantidade de dias parados para reparos.

17.3. Quanto à eficiência, a solução proporcionará menor custo em comparação com a compra de veículos.

17.4. Quanto à efetividade, a solução visa viabilizar a continuidade do exercício das atividades administrativas e finalísticas do órgão sem maiores transtornos, disponibilizando, carros em boas condições para transporte, por meio de locação.

17.5. Quanto à economicidade, a solução visa a qualidade dos serviços a custos de mercado mais vantajosos para a administração, contratando-se os serviços por meio diárias, sob demanda.

18. PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

18.1. Capacitação de servidores para atuar na gestão, acompanhamento e fiscalização do contrato decorrente seguindo os moldes da IN 5/2017.

19. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

19.1. Como decorrência dos estudos realizados identifica-se a viabilidade da presente contratação.

20. CLASSIFICAÇÃO DO DOCUMENTO QUANTO AOS TERMOS DA LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 (LAI)

20.1. Este documento se classifica nos termos do Art. 4º da Lei nº 12.527, de 2011, como informação, documento e disponibilidade consoante os incisos abaixo transcritos:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

(...)

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

20.2. O acesso é público não tratando-se de documento sigiloso.

Elaborado por:

Vitor Jackson Xavier Filho

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação
GER/RS

De Acordo:

Marco Aurélio Miranda de Alencar

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação
GER/GO

De Acordo:

Ednaldo Soares Leite Rodrigues

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação
SEDE/DF

De Acordo:

Hélio Nascimento Silva

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação
SEDE/DF

Aprovado por:

José Antônio Alves

Superintendente de Produção Mineral - SPM
Autoridade Competente da Área Demandante



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Jackson Xavier Filho, Membro da Equipe Nacional de Licitações**, em 16/10/2019, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ednaldo Soares Leite Rodrigues, Chefe de Divisão de Recursos Logísticos**, em 17/10/2019, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helio Nascimento Silva, Plano Especial de Cargos (art. 3º da Lei 11.046/2004)**, em 17/10/2019, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Antonio Alves dos Santos, Superintendente de Produção Mineral**, em 17/10/2019, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.anm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0638329** e o código CRC **A2C358F7**.